

Memória, Identidade e Patrimônio: Um panorama da população indígena da sociedade colonial do Rio de Janeiro

Lindalva Martins Flores de Sá^{L*}; Samara Tobias de Castro¹,

lindalvamfsa@gmail.com

Resumo

O presente trabalho é referente à uma pesquisa em andamento do projeto “Música indígena aos arredores de Campos dos Goytacazes e seu ensino” (desenvolvido no IFF Campus Campos Guarus), que objetiva identificar a presença indígena nos arredores da cidade e refletir sobre a importância e as formas de possibilitar a presença da música indígena na educação básica. Para a realização desses objetivos, entendemos que é preciso assimilar os acontecimentos e processos que ocorreram desde a chegada dos portugueses no Rio de Janeiro colonial (como a política de aldeamentos). Compreendendo os índios como sujeitos históricos, pretende-se neste texto realizar um panorama da população indígena, analisando o papel dos índios integrados à sociedade colonial do Rio de Janeiro, entendendo que estes foram capazes de rearticular-se social e culturalmente com outros grupos étnicos e sociais e reelaborarem suas culturas a partir de uma nova identidade que lhes havia sido dada ou imposta pelos colonizadores: a de índios aldeados, súditos cristãos de Sua Majestade no período Brasil Colônia, que compreende o período entre os séculos XVI e XIX.

Palavras-chave: Cultura, Povos indígenas, Identidades étnicas

1. Introdução

A necessidade de compreender o processo histórico e cultural desta região justifica-se na relevância desta pesquisa, tanto para o conhecimento e a reconstrução da história, quanto para a desconstrução da ideologia colonizadora e construção de uma nova identidade social resultando em um processo de reparação que desmistifica, honra e reconhece a importância da cultura indígena para o seu direito de preservação e para o conhecimento histórico da região. Assim, é fundamental a realização de uma reparação histórica para o resgate da herança cultural deixada e marcada pelos indígenas, especificamente pelos índios habitantes das regiões norte e noroeste fluminense, para o reconhecimento e a valorização da matriz indígena, identificando a influência e refletindo sobre a sua importância.

2. Materiais e Métodos

2.1. Materiais

A pesquisa é realizada com base na leitura e análise de produções acadêmicas, como livros, artigos científicos, dissertações de mestrado, teses de doutorado e arquivos históricos (relatório de viajantes, cronistas e Presidentes de Províncias).



2.2. Metodologia

A metodologia consiste no levantamento bibliográfico relacionado ao tema. A proposta era realizar pesquisas de campo em museus, acervos públicos, bibliotecas acadêmicas, e possivelmente a coletividade de grupos indígenas. No, entanto a pandemia do Covid-19 alterou completamente o cenário, impossibilitando a iniciação das pesquisas de campo. Sendo assim, a pesquisa foi realizada de forma remota, por meio da leitura de artigos científicos, e encontros virtuais para investigação e discussão da temática.

3. Resultados e Discussão

Segundo Oliveira (2011), no início do processo de colonização, a região do Rio de Janeiro era ocupada por povos indígenas do tronco tupi, que durante o processo desapareceram devido à violência imposta que resultou no extermínio dos mesmo, e assim, outras sociedades surgiram. Sob o olhar histórico-antropológico, a política de aldeamento da Coroa Portuguesa, intensificado a partir de 1530, foi essencial para o processo de colonização no qual as aldeias foram o espaço de inserção dos índios no mundo colonial, onde diferentes povos etnolinguísticos se misturaram, transformando-se em súditos cristãos do Rei para servir ao Império luso, garantindo a ocupação e expansão dos territórios administrados pela Coroa portuguesa. De acordo com Almeida (2015), os aldeados constituíam importante força militar, mas ocupavam-se também de outros importantes serviços como em obras públicas:

construíram o aqueduto da Carioca, abriram o Caminho Grande do Rio de Janeiro para Minas até o Rio Paraíba, foram carregadores, extraíram pedras, cortaram madeiras, tanto para o serviço público como particular, foram remeiros, guias, flecheiros e caçadores de expedições dos sertões, perseguiram escravos negros fugitivos e atacaram quilombos, dentre muitas outras atividades. Para o serviço dos moradores, deviam ser recrutados principalmente para as lavouras, pastagens e expedições ao sertão, mas também cortavam madeiras, eram carregadores e faziam serviços domésticos. As ordens religiosas também se serviram largamente do trabalho dos índios em suas fazendas e residências, principalmente beneditinos e jesuítas, dos quais se tem mais informações.

Com base na abordagem histórica demográfica realizada por Akel Neto (2016), que tem por objetivo analisar as populações indígenas e seus aldeamentos no Rio de Janeiro do século XIX, através de levantamentos demográficos a partir de relatórios¹ dos Presidentes de

¹ Os Relatórios dos Presidentes da Província do Rio de Janeiro (1840 – 1889), do Ministério dos Negócios do Império (1842 – 1860), e do Ministério da Agricultura (1860 – 1889) encontram-se disponíveis em formato digital no *Center for Research Libraries* (<http://ddsnext.crl.edu/brazil>), e o Censo Geral de 1872 está disponível na Biblioteca Virtual do Instituto Brasileiro de Estatísticas (<https://biblioteca.ibge.gov.br/>) e na base de dados do NPHEd/UFGM - Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica da UFGM



Província e dos Ministros dos Negócios do Império e de Agricultura, há oito mapas estatísticos relacionados ao número de índios aldeados, da Província do Império com informações de Presidentes da Província, entre 1849 e 1856, sendo que cinco (mapas) possuem informações a respeito dos índios da Província do Rio de Janeiro. A primeira aldeia do Rio de Janeiro foi a de São Lourenço, fundada em 1568. Foi concedida a Araribóia, líder dos índios Temiminós, vindos do Espírito Santo para auxiliar os portugueses contra os franceses e tamoios. Em decorrência desta guerra de conquista da Guanabara receberam terras para constituir o aldeamento na capitania. Destacamos ainda o Aldeamento da Pedra de São Fidélis em Campos (fundada por índios dos Campos dos Goitacá que supostamente demonstravam interesse em se catequizar na metade do século XVIII, o aldeamento nasceu da necessidade de manter separado os índios Puri e os Coroado pelos seus históricos de guerras e ódio) e o aldeamento de São Pedro em Cabo Frio (fundada por Jesuítas na primeira metade do século XVII, a aldeia de São Pedro em Cabo Frio agrupava os índios Tupinambá e Goitacá).

4. Conclusões

Percebe-se que em todo o Brasil há um histórico de negação e não identificação dos povos de cultura indígena, que muitas vezes fizeram e fazem concessões para poder preservar-se. Ao invés de vítimas passivas do projeto colonial, os indígenas não se anularam diante do caos e da violência imposta. De forma nenhuma podemos desconsiderar a violência das relações de contato entre índios e colonizadores e da própria política de aldeamentos que trouxe aos primeiros imensos prejuízos à cultura e identidade indígena, porém é necessário refletir sobre o fato das aldeias terem se tornado um espaço possível de sobrevivência para inúmeros povos indígenas que, em seu interior, estabeleceram intensas relações com outros grupos étnicos e sociais, compartilharam experiências comuns, agiram politicamente para garantir alguns direitos que a lei lhes garantia e, nesse processo, reelaboraram suas culturas, histórias e identidades.

Agradecimentos

Ao Instituto Federal Fluminense, por possibilitar a realização desta pesquisa.

Referências

- [1] OLIVEIRA, Renata de Almeida. Memórias da ocupação indígena no Estado do Rio de Janeiro: Um estudo de caso do Museu de Arqueologia Sambaqui da Tarioba. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Memória Social; 2011
- [2] ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Aldeias indígenas no Rio de Janeiro colonial: espaços de ressocialização e de reconstrução identitária e cultural. Macapá, v. 2, n. 1, jan./jun. 2015

(<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72/>). Todas essas informações servem como fontes para o desenvolvimento desta pesquisa.



[3] NETO, Akel Antonio Miguel. A presença dos índios no Rio de Janeiro: Uma abordagem de História Demográfica. Universidade Federal do Amazonas; Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação; Departamento de Apoio à Pesquisa; Programa Institucional de Iniciação Científica; Rel